

Julgamento de Renan terá sessão aberta e voto secreto

O Plenário vota hoje, a partir das 15h, projeto de resolução do Conselho de Ética que prevê a perda do mandato do presidente licenciado do Senado, Renan Calheiros, por quebra de decoro parlamentar. A sessão será aberta, devido a mudança no Regimento do Senado, mas o voto de cada parlamentar continuará secreto, como determina a Constituição. **Página 7**

Jane Araújo



"Sem 49 votos, não tem como aprovar a CPMF", avisa Tião Viana

Leopoldo Silva



Jucá (à esq., com Mercadante) espera votar proposta na quinta-feira

Moacira Mariz



Maciel (D) recebe líderes da oposição: disputa é transferida do Plenário para a CCJ

CPMF retorna a comissão e pode ser votada quinta

CCJ deve se pronunciar sobre 19 emendas apresentadas em Plenário durante a discussão em primeiro turno da proposta de emenda constitucional

A proposta de emenda constitucional que prorroga até 2011 a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) está de volta à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que vai analisar 19 emendas apresentadas durante a fase de discussão em primeiro turno no Plenário. Os senadores Mário Couto, Papaléo Paes, Mão Santa, Flexa Ribeiro e Heráclito Fortes defenderam ontem em Plenário o fim da CPMF, cuja prorrogação foi apoiada por Eduardo Suplicy, Ideli Salvatti, João Pedro e Antônio Carlos Valadares. Mesquita Júnior pediu um referendo sobre a contribuição e Cristovam Buarque sugeriu o fim da Desvinculação dos Recursos da União (DRU) para a área de educação em troca do apoio do PDT à CPMF. O líder do governo, Romero Jucá – autor do voto em separado que resultou na aprovação da matéria na CCJ –, quer a votação em Plenário na quinta-feira. **Páginas 4 e 5**

Inácio Arruda quer fortalecer fundo do Mercosul

O senador Inácio Arruda propôs que os países-membros aumentem o aporte financeiro ao Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (Focem). Ele defendeu a idéia durante a primeira reunião da Comissão de Infra-Estrutura, Transporte, Recursos Energéticos, Agricultura, Pecuária e Pesca do Parlamento do Mercosul, que se realizou ontem em Brasília. **Página 8**

José Cruz



Fábio Rodrigues, Juan Dominguez e Inácio Arruda na reunião

Estímulo à proteção de recursos hídricos

Comissão deve votar compensação a proprietário rural que promove a conservação de recursos hídricos. **Página 6**



Fundação Zerbini anuncia que vai iniciar processo de concessão de aviso prévio aos funcionários da instituição

Viana e Chinaglia discutem crise do Incor-DF com ministro

O presidente interino do Senado, Tião Viana, e o presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, foram ao Ministério da Saúde na tarde de ontem discutir com o ministro José Gomes Temporão uma solução para a crise que afeta o Instituto do Coração do Distrito Federal (Incor-DF). Tião Viana, em virtude de compromissos anteriormente agendados, retirou-se logo após o encontro, mas Chinaglia se pronunciou ao final.

O presidente da Câmara observou que o assunto não é de responsabilidade do Congresso, mas lembrou que Câmara e Senado investiram R\$ 70 milhões na implantação do empreendimento em Brasília. Chinaglia defendeu a adoção de medidas para evitar o aprofundamento da crise ora vivida pelo hospital, que começou no início do ano.

Em nota divulgada no domingo, a Fundação Zerbini, que administra o Incor, informou que irá iniciar o processo de concessão de aviso prévio aos funcionários da instituição. Em 28 de dezembro se encerram tanto o prazo de vigência da administração do hospital pela fundação quanto o acordo de serviços entre a fundação e a Secretaria de Saúde do Distrito Federal.

A nota acrescenta que os ministérios da Saúde e da Defesa e o governo do Distrito Federal não indicaram oficialmente o novo

gestor do Incor-DF. Chinaglia apontou a necessidade de uma reunião entre o Incor e o governo do Distrito Federal antes de qualquer decisão.

– É preciso saber se o acordo com o governo do Distrito Federal será concluído ou não – observou o presidente da Câmara.

Arlindo Chinaglia declarou ainda que o chamado PAC da Saúde – a ser anunciado amanhã pelo governo federal – e a votação da regulamentação da Emenda Constitucional 29 e da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) também foram temas da reunião com o ministro Temporão. O deputado lembrou que a CPMF financia o setor da saúde com R\$ 24 bilhões e que a redefinição dos gastos com saúde, prevista na regulamentação da emenda, pode ainda trazer mais R\$ 8 bilhões para o setor.

Aracruz

O presidente interino do Senado, Tião Viana, recebeu na manhã de ontem a diretoria da Aracruz Celulose para uma conversa da qual participou o senador Gerson Camata (PMDB-ES). No encontro, Tião Viana elogiou o papel desempenhado pela empresa em projetos de reflorestamento no Brasil.

– É uma empresa que tem responsabilidade social – disse o presidente interino do Senado.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário vota hoje caso Renan

O Plenário do Senado deve votar, na sessão deliberativa de hoje, o projeto de resolução do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar que prevê a perda do mandato do senador Renan Calheiros por falta de decoro parlamentar.

Senadores e sindicalistas na Presidência

O presidente interino do Senado, Tião Viana, recebe às 11h o ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi, acompanhado dos senadores Paulo Paim (PT-RS), Francisco Dornelles (PP-RJ) e Lúcia Vânia (PSDB-GO) e do deputado Paulo Pereira da Silva (PDT-SP), presidente da Força Sindical.

Instalação da comissão mista da MP da franquia postal

Está prevista para as 16h, na sala 13 da Ala Alexandre Costa, a instalação da comissão mista destinada a examinar a medida provisória (MP) que dispõe sobre

o exercício da atividade de franquia postal. Na reunião serão eleitos o presidente e o vice-presidente do colegiado e indicado o relator.

Meio Ambiente e incentivo fiscal

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) analisa o projeto que institui incentivo fiscal para doações ao Fundo Nacional de Meio Ambiente. Outros seis itens constam na pauta da CMA, entre eles o que altera a Política Nacional

de Recursos Hídricos (Lei 9.433/97), a fim de estabelecer retribuição por serviços ambientais decorrentes de boas práticas rurais que resultem na maior disponibilidade de água em quantidade e qualidade nas bacias hidrográficas. Será às 11h30, na sala 7 da Ala Alexandre Costa.



CAE analisa projeto que cria fundo de apoio ao emigrante empreendedor

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) reúne-se para analisar substitutivo ao projeto que cria a Poupança Emigrante e o Fundo de Financiamento ao Emigrante Em-

preendedor. A CAE analisa ainda outros oito itens, entre os quais projeto que altera a lei que criou o Serviço Florestal Brasileiro (Lei 11.284/06). A proposta determina,

entre outras mudanças, que seja submetido ao Senado o Plano Anual de Outorga Florestal. A reunião está prevista para as 10h, na sala 19 da Ala Alexandre Costa.



Execução penal e ingresso nas universidades

A Comissão de Educação (CE) vota o projeto que altera a Lei de Execução Penal, para instituir o ensino médio nas penitenciárias. Substitutivo a dois projetos de lei

que tratam de processo seletivo para ingresso nas universidades também está entre os 21 itens da pauta. A reunião começa às 11h, na sala 15 da Ala Alexandre Costa.

Consumo de energia em debate

A Coordenação de Estudos da Consultoria Legislativa do Senado e a Comunidade Virtual do Poder Legislativo – o Interlegis – promovem o seminário “Consumo de Energia Elétrica: Racionalizar para não Racionar”. O evento será no auditório do Interlegis, às 9h.

CMO aprecia relatórios setoriais

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) reúne-se para analisar, entre outras matérias, os relatórios setoriais ao projeto de lei do Orçamento do governo federal para 2008. As discussões ocorrerão no Plenário 2 do Anexo II da Câmara dos Deputados, às 10h, 14h30 e 19h.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente interino: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Davi Emerich (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim e Leif Bessa

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por Tião Viana, Alvaro Dias, Flexa Ribeiro e Antônio Carlos Valadares

Empregado poderá indicar banco para depósito do salário

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) deve votar amanhã dois projetos de lei que dão direito ao empregado, a servidores públicos, aposentados e pensionistas de escolher o banco e a respectiva agência em que serão depositados os seus salários e proventos, bem como as demais parcelas remuneratórias, a exemplo do 13º salário.

Os projetos (PLSs 176 e 340, ambos de 2004), que serão votados pela CAS em decisão terminativa, são de autoria de Romeu Tuma (PTB-SP) e Aloizio Mercadante (PT-SP). As propostas têm como relator Inácio Arruda (PCdoB-CE).

Para o relator, os projetos têm por meta – além de facilitar a vida dos correntistas, que poderão escolher uma agência perto de casa – abrir caminho para que as instituições financeiras reduzam as tarifas bancárias. Na visão de Arruda, a liberdade de o assalariado escolher o banco em que será depositado seu salário trará maior concorrência entre as instituições financeiras, “puxando as tarifas e demais taxas para baixo”.

Motobóis

A CAS deve votar, também em decisão terminativa, projeto (PLS 98/07) de Marcelo Crivella (PRB-RJ) que proíbe as empresas, ou qualquer outro ramo que utilize serviços de motobóis, de oferecer prêmios e benefícios para que esses profissionais façam as suas entregas com maior rapidez. Crivella adverte que o aumento da velocidade das motos durante a entrega, na maioria das vezes para atender a ordens do patrão, vem ocasionando o aumento de acidentes e tornando perigoso o trabalho dos motobóis.



Leopoldo Silva
Mercadante é autor de projeto que amplia direito do trabalhador

Votação da CPMF, caso Renan, ampliação da defesa do consumidor, financiamento de imóveis pelo Banco do Brasil e mudança na eleição de suplente de senador são destaques na agenda da Casa



Gerardo Alameda
Plenário decide hoje sobre projeto de resolução do Conselho de Ética que pede a cassação do mandato de Renan por quebra de decoro parlamentar

Semana será de muita decisão no Plenário e nas comissões do Senado

A semana deve ser de muitas votações no Plenário do Senado. Entre as matérias em pauta, estão o projeto de resolução do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar que determina a perda do mandato do presidente licenciado da Casa, Renan Calheiros, e a proposta de emenda à Constituição (PEC) que estende a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) até 2011. A semana também será de decisão em seis comissões permanentes.

Na sessão de ontem, encerrou-se a discussão em primeiro turno da proposta de prorrogação da CPMF. Como a matéria recebeu emendas, voltou à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A expectativa do relator, Romero Jucá (PMDB-RR), é que a proposta seja votada em Plenário nesta quinta-feira. (Leia mais nas

páginas 4 e 5.)

Já o processo contra Renan deve ser votado hoje, na primeira decisão sobre quebra de decoro parlamentar a ser feita em sessão aberta, mantendo-se a votação secreta. O conselho aprovou relatório de Jefferson Péres (PDT-AM) recomendando a perda de mandato. (Leia mais na página 7.)

Estão agendadas para hoje reuniões de três comissões: de Educação (CE), que discutirá proposta (PLS 330/06) da senadora Roseana Sarney (PMDB-MA) incluindo o ensino de música como obrigatório na educação básica; de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), que deliberará sobre dois projetos visando ampliar os mecanismos de defesa dos consumidores (PLS 427/07 e PLS 499/07); e de Assuntos Econômicos (CAE), que discutirá

projeto (PLP 122/06) autorizando o Banco do Brasil a financiar compra, construção e reforma de imóveis.

Suplente

Amanhã, realizam reunião a CCJ e a Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Na CCJ, além do relatório de Jucá sobre as emendas à proposta da CPMF, deve ser examinada, entre outros itens, a PEC 11/03, que altera as regras para suplência de senadores. A CAS vota projetos em decisão terminativa, como o PLS 123/04, que trata do uso de inseticida em atividades de saúde pública.

Na quinta-feira, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) para sabatar diplomatas indicados para embaixadores nos Países Baixos; no Quênia, Burundi, Djibuti, Ruanda e Uganda, cumulativamente; e na Hungria.

Relatórios setoriais devem ser votados até sexta-feira

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) deve realizar, de hoje até sexta-feira, uma série de reuniões para discutir e votar os relatórios setoriais sobre o projeto do Orçamento da União para 2008, além de outras matérias. Até a manhã de ontem, havia sido distribuído o relatório da área de Justiça e Defesa, a cargo do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS).

São dez os relatórios setoriais que servirão de base ao relatório final. O relatório de Infra-Estrutura tem como relator o senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO); o de Saúde, o deputado Rafael Guerra (PSDB-MG); o de



Jana Araújo
Presidida por José Maranhão, CMO deve concluir dia 17 exame do relatório final

Integração Nacional e Meio Ambiente, o deputado Eunício Oliveira (PMDB-CE); e o de Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia e Esporte, o deputado Manoel Júnior (PSB-PB). Já o senador Jayme Campos (DEM-MT) é o relator de Planejamento e Desen-

volvimento Urbano; o senador Sérgio Guerra (PSDB-PE), de Fazenda, Desenvolvimento e Turismo; o deputado Carlos Eduardo Cadoça (PSC-PE), de Poderes do Estado e Representação; o deputado Carlos Melles (DEM-MG), de Agricultura e Desenvolvimento Agrário; e o deputado Giacobbo (PR-PR), de

Trabalho, Previdência e Assistência Social. O prazo para a votação do relatório final na CMO termina em 17 de dezembro. A previsão é que o parecer da comissão seja votado pelo Congresso Nacional até 21 de dezembro.

Projeto determina multa pesada para o envio de spam

As mensagens eletrônicas comerciais enviadas sem autorização do destinatário poderão ser proibidas por lei, com multas que variam de R\$ 50 a R\$ 1 mil para quem descumprir a determinação. A proposta está na pauta de amanhã da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), quando será votado substitutivo de Eduardo Azeredo (PSDB-MG) a três projetos: PLS 367/03, do senador licenciado Hélio Costa; PLS 21/04, do então senador Duciomar Costa; e PLS 36/04, de Antônio Carlos Valadares (PSB-SE).

Segundo Azeredo, o chamado *spam* é um problema grave, que requer uma solução imediata sob pena de “comprometer a utilização de tão eficiente ferramenta de comunicação que é o correio eletrônico”. A matéria será apreciada ainda pelas comissões de Educação (CE) e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT) – nesta última em decisão terminativa.

Aumento de pena

Também está na pauta da CCJ projeto (PLS 88/07) do senador Alvaro Dias (PSDB-PR) que aumenta de um terço a dois terços as penas nos crimes de homicídio e ameaça quando a vítima for agente público da carreira de policial.

Outra matéria que deverá ser votada pela Comissão de Justiça é o PLS 85/07, de autoria do senador Marconi Perillo (PSDB-GO), que modifica o Programa Universidade para Todos (ProUni) com o objetivo de permitir a adesão de instituições estaduais e municipais não-gratuitas a programas de bolsas de estudo.



Roosevelt Pinheiro
Problema pode comprometer correio eletrônico, diz Azeredo

CCJ vai se manifestar sobre as emendas de Plenário; Jucá afirma que até quinta-feira matéria estará pronta para votação



Alvaro: "Insanidade de burocratas obrigou médica a deixar entidade"

Alvaro lamenta a saída de Zilda Arns de pastoral

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) lamentou ontem que "a insanidade dos burocratas de plantão" tenha obrigado a médica Zilda Arns a deixar, dia 29 de novembro, a coordenação da Pastoral da Criança. Isso ocorreu, disse o parlamentar, por força de decreto deste ano que veda o repasse de recursos a entidade cujo dirigente tenha parentesco em linha direta, colateral ou por afinidade até o segundo grau com qualquer membro dos três Poderes. Zilda Arns é tia do senador Flávio Arns (PT-PR).

– A edição desse decreto [6.179] é a prova cabal da falta de sensibilidade, a ausência completa de razoabilidade que assola a administração do presidente Lula. As mentes iluminadas que conceberam esse decreto não devem discernir sobre o trabalho realizado pela doutora Zilda Arns ao longo de mais de duas décadas à frente da Pastoral da Criança.

Alvaro lembrou que há 25 anos e com apoio da Igreja Católica e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), a entidade foi criada com base em projeto de Zilda Arns. "De lá para cá, a Pastoral passou a atender quase 2 milhões de crianças e mais de 80 mil gestantes em 43 mil comunidades de todo o país, acompanhando-as todos os meses em ações básicas de saúde, nutrição, educação e cidadania, indistintamente de cor, raça, credo religioso ou político."

O senador assinalou que, sob o comando de Zilda Arns, o trabalho da Pastoral diminuiu a mortalidade infantil no Brasil e serviu de modelo a diversos países da África e da América Latina.

– O alerta de Zilda Arns não pode ser ignorado: o trabalho da Pastoral em 43 mil comunidades do país está ameaçado e pode parar. O decreto foi muito mal elaborado. A assessoria que elaborou o documento é desligada da realidade brasileira e castiga os que chegam às mais pobres comunidades, como a Pastoral.

Os senadores concluíram ontem a primeira rodada de discussões da proposta de emenda à Constituição (PEC) que prorroga a vigência da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e da Desvinculação dos Recursos da União (DRU) até dezembro de 2011.

Foram cinco sessões de discussão no primeiro turno, e, com a apresentação de 19 emendas, a PEC 89/07 volta à análise da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), para, depois, ser votada em primeiro turno. Se aprovada, a proposta passará, em segundo turno, por mais três sessões de discussão e nova votação em Plenário. O líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), disse que, a partir da tarde de amanhã ou quinta-feira, a matéria estará pronta para ir à deliberação em Plenário.

Os senadores Mário Couto (PSDB-PA), Mão Santa (PMDB-PI), Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Heráclito Fortes (DEM-PI) defenderam o fim da CPMF. Já os senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), Ideli Salvatti (PT-SC) e João Pedro (PT-AM) apoiaram a prorrogação da contribuição.

Suplicy informou que, dos R\$ 32 bilhões arrecadados com o imposto do cheque em 2006, R\$ 3,3 bilhões foram para a saúde; R\$ 6,8 bilhões para a Previdência; R\$ 6,7 bilhões para o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza (principalmente o programa Bolsa Família) e R\$ 5,1 bilhões foram desvinculados devido à DRU. Suplicy salientou que nos últimos dez anos a CPMF representou cerca de 40% dos recursos do Ministério da Saúde. "A extinção imediata da CPMF

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), apresentou na sessão de ontem questão de ordem solicitando a anulação da sessão deliberativa ocorrida na sexta-feira, quando foi discutida a proposta de emenda à Constituição que prorroga a cobrança da CPMF até 31 de dezembro de 2011.

Invocando o artigo 156 do Regimento Interno da Casa, Arthur Virgílio argumentou que a discussão da proposta não poderia ter se iniciado antes de decorridos 120 minutos do início da sessão. Segundo o parlamen-



Fotos: Leopoldo Silva

Com o objetivo de anular sessão, Virgílio, ao lado de Jucá, formula questão de ordem, que depois é contestada por Mercadante (D)

colocaria o governo em sérias dificuldades para financiar as despesas das áreas beneficiadas que citei", disse.

Reforma

Mário Couto enfatizou que a CPMF "foi criada exclusivamente para a saúde". Ele citou trechos do discurso de um senador do PT (o qual não quis identificar), de março de 1999, que defendia o fim da CPMF e a realização de uma reforma tributária. Afirmou ainda que o governo federal gasta muito, principalmente com os chamados cartões corporativos. "Esse imposto não é aplicado na saúde, é desvirtuado. Por que não fizeram a reforma tributária até agora?", questionou.

Mão Santa também disse que o "governo gasta muito" e defendeu a aprovação do projeto de lei

complementar à Emenda 29, que fixa os percentuais mínimos para investimento em saúde pública. "Grande parte dos recursos da CPMF não foi para a saúde. Nunca dantes a saúde esteve tão desmoralizada. Vamos enterrar a CPMF", frisou.

Desenvolvimento

A líder do PT, Ideli Salvatti, lembrou que o Brasil foi incluído recentemente, pela ONU, no grupo de países com alto desenvolvimento humano. Observou que isso foi resultado dos investimentos públicos em saneamento e educação, e ainda das políticas de redistribuição de renda. "Crescer e distribuir é o que norteia as decisões do presidente Lula", argumentou a senadora.

João Pedro salientou que 72% dos recursos da CPMF são oriun-

dos das empresas e 28% das pessoas físicas. De acordo com ele, os 50% da população mais pobre pagam apenas 2% do total do tributo, enquanto os 20% mais ricos pagam cerca de 22%. "A CPMF promove a redistribuição de renda, combate a lavagem de dinheiro, combate a sonegação", assinalou.

Aumento de preços

Em defesa da extinção do imposto do cheque, Flexa Ribeiro sustentou que o governo não tem motivos para prorrogar a contribuição.

– Com o fim da CPMF vamos beneficiar os 11 milhões assistidos pelo Bolsa Família, pois os produtos de primeira necessidade, como pão, arroz e feijão, têm a CPMF embutida várias vezes no preço final.

Virgílio insiste na anulação de sessão que discutiu imposto

tar, o encerramento antecipado do pequeno expediente – parte inicial da sessão destinada a pronunciamentos dos senadores – o impediu de fazer discurso, uma vez que contava com a duração regulamentar do período.

– Nesse sentido, a sessão deliberativa ordinária ocorrida na última sexta-feira, conforme registro nas notas taquigráficas, desrespeitou de forma inequívoca dispositivos regimentais – ressaltou Virgílio.

Precedente

Aloizio Mercadante (PT-SP), contraditando a argumentação

de Arthur Virgílio, citou caso similar. Lembrou que em 1997, o então presidente da Casa, senador Antonio Carlos Magalhães, indeferiu pedido de verificação de quórum feito pelo então líder do PT, José Eduardo Dutra, durante a apreciação da proposta (PEC 4/97) que tratava da possibilidade da reeleição do presidente da República.

O presidente interino do Senado, Tião Viana (PT-AC), preferiu transferir a decisão da questão de ordem formulada por Arthur Virgílio à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Em seguida, ao iniciar-se a discussão de um requerimento também de autoria de Virgílio, solicitando a inversão da pauta do Plenário para apreciação, em primeiro lugar, do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 68/2005, que instituiu o Dia da Amazônia, a oposição apresentou pedido de verificação de quórum. Mesmo tendo sido constatada a falta de senadores em número suficiente para realizar votações, teve início a quinta e última sessão de discussão em primeiro turno da proposição que mantém a cobrança do tributo por mais quatro anos.

Proposta de emenda constitucional que prorroga até 2011 a cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira pode ser votada ainda esta semana

Aprovação da CPMF ainda não está garantida, diz Viana

O presidente interino do Senado, Tião Viana, afirmou ontem que o mais importante em relação à proposta de emenda à Constituição que prorroga a cobrança da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) não é saber se a oposição tem 32 votos para derrubar a matéria, mas se o governo tem o apoio de 49 senadores para aprová-la.

A prorrogação da CPMF deve garantir ao governo R\$ 40 bilhões de recursos em 2008. A oposição, que pensava serem necessários 33 votos para derrubar a matéria (PEC 89/07), verificou que precisa de 32, uma vez que o presidente da Casa não vota. Questionado pela imprensa sobre esses números, Tião Viana disse que a conta tem de ser feita de forma diferente.

– Você não conta os votos que a



Tião Viana lembra que governo precisa de 49 votos

oposição tem, mas a necessidade mínima de votos para o governo aprovar a matéria, que são exatamente 49 votos, por ser essa uma emenda constitucional. Você tem que fazer essa conta levando em consideração, por exemplo, os senadores que estiverem viajando. Então é melhor não contabilizar com base nos votos da oposição.

O que importa é observar que o governo precisa de um quórum de 49 votos, de 3/5 do total de 81 senadores, como determina a Constituição.

– E para a oposição rejeitar a CPMF precisa de quê?

– Precisa que o governo não tenha os 49 votos. O raciocínio tem que ser sempre fixado nos 49 votos. Sem 49 votos não tem como aprovar a CPMF.

Tião Viana afirmou ainda que, apesar de governo e oposição mostrarem interesse em votar a matéria nesta semana, prefere manter-se cauteloso sobre datas, uma vez que “o assunto tem que ser tratado dentro do estrito suporte regimental”.

O presidente interino voltou a

dizer que não arrisca um placar sobre o resultado da votação. Para ele, “a corda está esticada”, visto que os cálculos têm indicado seis votos a mais a favor ou contra a matéria. “Isso vai ficar assim até o último segundo”, acredita.

Tião Viana foi também indagado sobre matéria publicada no fim de semana segundo a qual, caso Renan Calheiros renuncie à Presidência do Senado, o senador Garibaldi Alves (PMDB-RN) seria eleito imediatamente como novo presidente da Casa.

– Essa questão é restrita ao PMDB, que tem absoluta autoridade e legitimidade para isso porque, na tradição da Casa, o maior partido elege o presidente, a não ser que haja um consenso de bloco, de um conjunto de partidos, e não é este o caso agora. Então, eu penso que o PMDB

tem autoridade para tratar desse assunto. Meu papel é dar consequência ao acordo que o PMDB conduzir com os demais líderes partidários.

Ao ouvir a observação de que Renan Calheiros pode renunciar nesta semana, Tião Viana disse que esse é um assunto da exclusiva competência do presidente licenciado.

– A autoridade do mandato é dele. Ele é o presidente eleito, amparado na legalidade da função. E só ele pode tratar dessa questão. Se Renan renunciar, cabe ao PMDB dizer se já tem candidato. Se tiver, eu convoco a eleição para quando tiver acordo entre o PMDB e os líderes. Pode ser no dia seguinte, pode ser no curso de até cinco dias, como determina o regimento, e pode ser noutra data que os líderes quiserem.

Geraldo Mesquita Júnior



Leopoldo Silva

Apoio virá somente com aprovação de referendo

O senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) disse que votará contra a proposta de emenda à Constituição (PEC) que prorroga a CPMF caso o governo não acolha emenda de sua autoria que condiciona a aprovação do tributo à manifestação popular.

Pela proposta, o referendo seria realizado nas eleições de outubro de 2008 ou em data anterior a ser definida pelo Congresso Nacional e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

– Além de escolhermos prefeitos e vereadores, diremos ‘sim’ ou ‘não’ à CPMF. Se a vitória for do ‘sim’, ela permanece sendo cobrada. Se vencer o ‘não’, extingue-se imediatamente o direito à sua cobrança.

Os senadores Arthur Virgílio (PSDB-AM), Papaléo Paes (PSDB-AP) e Alvaro Dias (PSDB-PR) manifestaram apoio à proposta de Mesquita Júnior.

Papaléo Paes



Leopoldo Silva

Recursos não são usados para financiar a saúde

Papaléo Paes (PSDB-AP) declarou que votará contra a prorrogação da CPMF. Ele disse que os recursos arrecadados com a contribuição, criada para financiar a saúde, são desviados para outros fins, enquanto o setor continua sendo um dos “mais graves problemas nacionais”.

– O atendimento é precário nos hospitais públicos. A CPMF não contribui para nosso desenvolvimento. O país precisa é de uma verdadeira reforma tributária, sem CPMF – afirmou.

Segundo o senador, a carga tributária “é insuportável”. Os brasileiros, ressaltou, pagam de impostos por ano o equivalente a quatro meses de salário. Ele acrescentou que dos seis senadores médicos, ele inclusive, apenas dois votarão a favor da prorrogação.

Papaléo lembrou que, quando a contribuição foi criada, em 1996, o PT votou contra a CPMF.

Cristovam Buarque



Leopoldo Silva

Apoio à proposta, mas com a extinção gradual da DRU

Cristovam Buarque (PDT-DF) defendeu a prorrogação da CPMF em troca do fim da Desvinculação de Recursos da União (DRU) na área da educação. Com a DRU, o governo pode retirar até 20% das receitas destinadas constitucionalmente à área.

O senador enfatizou que o seu partido só aceitará votar favoravelmente à prorrogação em troca da redução anual, até 2011, do percentual da DRU sobre as verbas para o setor.

– Para que eu não pareça ingênuo em aceitar a promessa do governo, afirmo que não me candidatarei mais a senador caso esse entendimento não seja cumprido.

Cristovam também disse que o programa Bolsa Família tem sido usado pelo governo somente para assistência social, distanciado de sua proposta inicial voltada para a educação.

Antônio Carlos Valadares



Leopoldo Silva

Recursos garantem interesses da população pobre

O senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) disse que os recursos arrecadados com a CPMF são necessários para garantir os interesses da parcela mais pobre da população que não pode pagar planos de saúde.

– Para que a sociedade tenha uma idéia da extensão dos recursos da CPMF, eles significam para o mais pobre o seguinte: 11 milhões de internações; 268 milhões, pelo menos, de consultas médicas; 348 milhões de exames laboratoriais; cerca de nove milhões de hemodálises; e dois milhões de partos.

Para Valadares, a parcela privilegiada da população não precisa das verbas da CPMF, ao contrário dos brasileiros da Amazônia e do Nordeste, entre pescadores, trabalhadores carentes e servidores públicos, que ganham salários baixos e são atendidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

José Agripino



Célio Azevedo

Prazo para exame de emendas na CCJ não está definido

O líder do Democratas, José Agripino (RN), afirmou que o Regimento Interno do Senado e “as circunstâncias” vão ditar os prazos de exame, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), das emendas à proposta que prorroga a CPMF. O DEM, adiantou Agripino, apresentaria, ontem, 11 emendas à matéria.

– O interesse da sociedade é que vai determinar que a gente atrase dois dias ou avance dois dias – disse o senador.

Agripino se reuniu ontem com o presidente da CCJ, senador Marco Maciel (DEM-PE), juntamente com os senadores do PSDB Arthur Virgílio (AM) e Sérgio Guerra (PE). Sobre a intenção do relator, senador Romero Jucá (PMDB-RR), de apresentar relatório sobre as emendas amanhã, rejeitando todas elas, Agripino ressaltou que a CCJ é que definirá o prazo de exame das emendas.

Osmar Dias saúda novos critérios para o Bolsa Família

O senador Osmar Dias (PDT-PR) comemorou ontem o anúncio do governo federal de que os critérios para concessão do Bolsa Família serão revistos a partir do ano que vem, de forma a incluir a frequência mínima de 85% às aulas pelas crianças em idade escolar.

Conforme o parlamentar, as crianças beneficiadas também serão incluídas em atividades complementares às curriculares, o que, para ele, é um estímulo à educação integral. Osmar Dias avaliou que sem essas mudanças o Bolsa Família assume um caráter assistencialista e acaba por estimular a miséria, a pobreza e o ócio. Atualmente, para que as famílias de baixa renda tenham direito ao benefício, basta que as crianças estejam matriculadas na rede escolar.

– Muitos brasileiros preferem não ter carteira assinada para não perderem o direito ao benefício. Além disso, se analisarmos o crescimento demográfico da população carente, veremos que ela cresceu desde a criação do programa.

Frequência escolar

Osmar Dias lembrou que a comprovação da frequência escolar estava presente no Bolsa Escola, implementado originalmente no governo do hoje senador Cristovam Buarque (PDT-DF) no Distrito Federal, que deu origem ao Bolsa Família. Para Osmar, a atual administração federal “mudou e estragou o programa”.

O programa concede bolsa de até R\$ 95 *per capita*, conforme a renda familiar e o número de filhos, a famílias com renda mensal de até R\$ 120, sob a condição de que mantenham as crianças matriculadas na escola.



Frequência mínima de 85% na escola é destacada por Osmar Dias

Relator da proposta avalia que, ao racionalizar o uso da água, iniciativa contribuirá para que as bacias hidrográficas possam contar com disponibilidade de água em mais quantidade e melhor qualidade

CMA examina projeto que estimula a conservação de recursos hídricos

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) deve votar hoje projeto do senador Renato Casagrande (PSB-ES) que estabelece compensações financeiras aos proprietários rurais que envidarem esforços no sentido de promover a conservação dos recursos hídricos em suas propriedades. A proposta será analisada na CMA em decisão terminativa.

Em seu parecer favorável, o relator da matéria, senador Inácio Arruda (PCdoB-CE), argumenta que o projeto (PLS 142/07) inova ao reconhecer como credores da bacia hidrográfica e, portanto, merecedores de retribuição pelos serviços ambientais, os agentes rurais que adotarem, em seus sistemas produtivos, técnicas que reduzam cargas de sedimentos ou que previnam fenômenos hidrológicos indesejáveis.

Segundo o relator, ao incentivar a racionalização do uso da água, a



Comissão deve votar projeto de Casagrande (foto à dir.) que prevê compensações financeiras

proposta, que acrescenta dispositivos à lei que cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Lei 9.433/97), contribuirá para que as bacias hidrográficas possam contar com disponibilidade de água em mais quantidade e melhor qualidade para seus múltiplos fins.



June Araújo

J. Freitas

Produção de biocombustíveis é tema de audiência pública

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) e a Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis – criada no âmbito da CRA – reúnem-se amanhã, às 11h, para audiência pública conjunta que discutirá a produção dos biocombustíveis no país. Os requerimentos que solicitam a reunião são de autoria dos presidentes da CRA, senador Neuto de Conto (PMDB-SC), e da subcomissão, João Tenório (PSDB-AL).

Foram convidados para a audiência o professor do Departamento de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) Francisco Nabuco de Almeida Barreto Neto e o presidente-executivo da União Brasileira do Biodiesel (Ubrabrio), Odacir Klein.

O encontro será realizado na sala 7 da Ala Alexandre Costa, no Anexo II do Senado.

Senado debate racionalização do uso de energia elétrica

A Coordenação de Estudos da Consultoria Legislativa do Senado e o Interlegis promovem hoje discussão sobre racionalização de energia elétrica, no seminário “Consumo de Energia Elétrica: Racionalizar para não Racional”. Coordenado pelo presidente da Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia Elétrica (Abraceel), Paulo Pedrosa, o debate será realizado no Interlegis, a partir das 9h.

O consultor legislativo Fernando Boarato Meneguim, autor do estudo *Um modelo de regulação para racionalizar a demanda de energia elétrica*, apresentará no evento um modelo de venda de permissões de uso de energia a empresas.

Paulo Paim registra Dia da Pessoa com Deficiência

Paulo Paim (PT-RS) lembrou ontem o Dia Internacional da Pessoa com Deficiência, alertando para a necessidade de formulação de políticas e adoção de medidas que contribuam para a inclusão dessas pessoas em todas as áreas. O senador destacou a importância de trabalho desenvolvido em 2007 pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) visando garantir o direito de acesso de deficientes a um trabalho digno.

Citando pesquisa da OIT, Paim observou que cerca de 80% dos 650 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência em todo o mundo são moradores de áreas rurais de países em desenvolvimento. O parlamentar informou ainda que o índice de desemprego é alto entre elas, acrescentando que nem sempre os portadores de deficiência estão amparados pela previdência social e que muitos estão em subempregos.

Escolaridade afeta percepção sobre ética, diz sociólogo

Para o sociólogo Alberto Almeida, autor do livro *A cabeça do brasileiro*, o nível de escolaridade da população afeta sua percepção sobre ética, família, cor e raça, economia, política e igualdade.

A pesquisa, que ouviu 2.363 pessoas em 102 municípios, foi inspirada nas idéias do antropólogo Roberto DaMatta, que participou ontem à noite de debate promovido pela Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis) com o autor do livro, no auditório do Interlegis.

O evento – que contou com a participação do cientista político Lúcio Rennó e da jornalista Dad Squarisi – integrou o Ciclo de Conferências do Unilegis, série de debates que já discutiu, entre outros temas, a reforma política.

Almeida procurou identificar valores básicos que se encontram enraizados na mentalidade do brasileiro e que tendem a sofrer alguma alteração apenas quando uma geração substitui a outra. Ao aliar antropologia e métodos quantitativos

de análise, o sociólogo concluiu que, enquanto pessoas de baixa escolaridade cultivam uma visão “mágica” do mundo, grupos mais escolarizados privilegiam a visão “histórica”.

Professor da Universidade Federal Fluminense, ele constatou que, quanto mais baixa a escolaridade, maiores a tolerância com a corrupção, o conservadorismo em relação à sexualidade e a tolerância com a utilização da violência como método de “promoção da justiça”.

Leopoldo Silva



Leopoldo Silva

Projeto de ministérios enfoca prevenção à Aids nas escolas, explica Ideli Salvatti

Ideli aplaude vencedores de concurso sobre saúde

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) enviou à Mesa ontem requerimento de voto de aplauso para os vencedores de Santa Catarina dos prêmios vinculados ao projeto Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE), concedidos pelos ministérios da Saúde e da Educação e pelas agências das Nações Unidas no Brasil, em razão do dia Mundial de Combate à Aids.

Os prêmios foram destinados ao Centro de Ensino Federal Tecnológico (Cefet), à Escola de Educação Básica Dr. Tehodureto C. Faria Souto, à Escola de Educação Básica Ana Gondim e ao Centro de Educação de Jovens e Adultos de Videira, informou Ideli.

Votação em Plenário começará às 15h. Diferentemente do primeiro julgamento, a sessão será aberta, mas o voto dos senadores continuará secreto

Renan Calheiros enfrenta hoje o segundo julgamento

O Plenário do Senado votará hoje, a partir das 15h, projeto de resolução que prevê a perda do mandato do senador Renan Calheiros (PMDB-AL), presidente licenciado da Casa. No dia 14, o Conselho de Ética aprovou o voto do relator do processo contra Renan Calheiros recomendando a perda do mandato por quebra de decoro parlamentar. O senador teria participado, por meio de “laranjas”, de uma sociedade com o usineiro João Lyra para a aquisição de veículos de comunicação em Alagoas.

O presidente interino do Senado, Tião Viana, comandará a sessão. Ele afirmou que adotará procedimento em que terão direito de se manifestar o relator do projeto de resolução que estabelece a perda do mandato; a acusação, representada pelo DEM e pelo PSDB; e a defesa, que deverá ser conduzida pelo



Célio Azevedo

Renan Calheiros deve conduzir sua própria defesa diante do Plenário

próprio Renan Calheiros. O presidente interino lembrou que todos os senadores têm direito de falar em Plenário, mas informou que fará um apelo para que usem do microfone apenas os que tenham fato novo a acrescentar ao julgamento.

O projeto de resolução que determina a perda do mandato de Renan resultou da aprovação no

Conselho de Ética, por 11 votos a 3, do relatório apresentado pelo senador Jefferson Péres (PDT-AM). Segundo o parlamentar amazonense, durante as investigações foram encontrados sete indícios de que o peemedebista usou intermediários para comprar e manter com Lyra a propriedade de duas rádios e um jornal em Alagoas.

O relatório foi aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) por 17 votos a 3 na última quarta-feira. A comissão analisou apenas a constitucionalidade, legalidade e juridicidade da matéria.

Este é o segundo julgamento de Renan por quebra de decoro parlamentar. Em 12 de setembro, o Plenário o inocentou num processo baseado na denúncia de que o senador teria utilizado um lobista da empreiteira Mendes Júnior para pagamento de despesas pessoais.



Gerardo Margela

Tuma: denúncia contra Polícia do Senado será investigada de forma preliminar

Tuma pede à PF investigação sobre denúncia de Veja

O corregedor do Senado, Romeu Tuma (PTB-SP), informou ontem que enviou ofício à Polícia Federal (PF) solicitando investigação preliminar sobre denúncia da edição desta semana da revista *Veja*, segundo a qual “alguém ligado à Polícia do Senado” teria procurado um escritório de detetives em Brasília para espionar o senador Marconi Perillo (PSDB-GO).

– Pedi a investigação para fazer um inquérito contra as pessoas que forem circunstâncias dos fatos e proteger o senador Marconi. A corregedoria prepara uma informação para o Conselho de Ética dar ou não prosseguimento ao processo – disse o senador.



Leopoldo Silva

Para Flexa Ribeiro, vitória do “não” no referendo de domingo é uma “ótima lição”

Flexa Ribeiro congratula venezuelanos

Ao congratular o povo venezuelano – que no domingo rejeitou a reforma constitucional proposta pelo presidente Hugo Chávez para permitir sucessivas reeleições para a presidência –, Flexa Ribeiro (PSDB-PA) disse que o resultado do referendo deve servir como alerta “a todos os que perdem a noção dos limites impostos pela democracia”.

Para o senador, a vitória do “não” é uma “ótima lição” ao ex-ministro José Dirceu, que, antes de votar na eleição interna do PT, teria dito que um terceiro mandato para o presidente Lula é legal e constitucional.

Sessão será aberta e com voto secreto

Diferentemente do primeiro julgamento, que ocorreu em 12 de setembro em sessão fechada, quando o Plenário se reunir hoje para decidir sobre a perda de mandato do senador Renan Calheiros, a sessão será aberta. A mudança foi decidida no dia 26 de setembro, ao ser aprovado projeto de resolução do senador Delcídio Amaral (PT-MS) que extinguiu as sessões secretas no Senado nos casos de decisão sobre perda de mandato de parlamentar.

No dia 12 de setembro, quando o Plenário absolveu Renan da acusação de ter parte de suas despesas pessoais pagas por um funcionário da empreiteira Mendes Júnior, o julgamento ocorreu a portas fechadas. Mesmo assim, *blogs* jornalísticos conseguiram informar, em parte, como transcorria a sessão.

Naquele dia, houve também tumulto envolvendo deputados – que haviam conseguido liminar do Supremo Tribunal Federal (STF) garantindo o direito de assistir à sessão – e agentes da Polícia Legislativa. Houve troca de socos e até o então vice-presidente do Senado e hoje presidente interino Tião Viana foi atingido.

Voto secreto

Mas o voto de cada parlamentar continuará secreto, como determina a Constituição. Três propostas de emenda constitucional que acabam com o voto secreto em todas ou em algumas deliberações do Congresso tramitam no Senado. Elas constavam da ordem do dia, mas voltaram à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para análise de emendas. São necessários 41 votos para aprovar a cassação de Renan.

Senadores do PT definirão placar, diz líder do DEM

Para José Agripino (RN), líder do Democratas, o futuro político do senador Renan Calheiros será definido pelos votos dos seis parlamentares que, em 12 de setembro, se abstiveram de votar o projeto de resolução do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar que estabelecia a perda de mandato do senador por ter supostamente recorrido ao funcionário de uma construtora para pagar suas contas pessoais. Agripino considera que os seis senadores eram todos do Partido dos Trabalhadores (PT).

Na sessão de hoje, será votado o projeto de resolução que recomenda a perda de mandato de Renan, acusado de ter utilizado terceiros para adquirir veículos de comunicação em Alagoas.

– Se os seis votos pela abstenção se transformarem em votos pela condenação, a classe política se recupera e a imagem do Senado cresce, porque ficam iguais os resultados do Conselho de Ética e do Plenário, ainda que com voto fechado. Se, porventura, esses votos migrarem para a absolvição, ficará claríssimo que houve um “acordão” entre o Palácio do Planalto e o PMDB: troca de votos pela prorrogação da CPMF por votos pela absolvição de Renan – disse Agripino.

A confirmação dessa hipótese, afirmou, seria um “desastre para o Senado”. Ele espera que a instituição “se redima” e que passe na “prova de segunda época”. E preferiu não arriscar um placar.

Agripino também negou que o Democratas tenha mudado de estratégia ao desistir de atrasar a votação da PEC que prorroga a cobrança da CPMF até dezembro de 2011.

Viana diz acreditar na integridade da Polícia do Senado

“Quem não deve não teme. Eu pessoalmente acredito na integridade moral da Polícia do Senado.” Com essas palavras, o presidente interino do Senado, Tião Viana, comentou na manhã de ontem matéria publicada pela revista *Veja* com denúncia contra a Polícia do Senado.

– Essa é uma polícia que tem a norma constitucional como manto das suas obrigações, das suas funções. Não seria nem um pouco inteligente, muito menos possível, imaginar que a Polícia do Senado sairia de suas atribuições constitucionais para criar um caminho de investigação, de arapongagem, contra a vida de um senador. Por que razão alguém escolheria o senador Marconi Perillo para investigar? – questionou Tião Viana, ao dizer ainda que “nada ficará sem explicação”.

Logo que a revista chegou às bancas, a Secretaria de Polícia do Senado providenciou a abertura de investigação para apurar a denúncia. Também emitiu nota negando qualquer iniciativa de espionagem contra parlamentar da Casa.

Senador quer ampliação da capacidade de intervenção do Focem, "um instrumento de integração de fato para investir em obras de infra-estrutura que possam reforçar a unidade sul-americana"

Inácio Arruda defende mais recursos para fundo do Mercosul

O senador Inácio Arruda (PCdoB-CE) propôs que os países-membros aumentem o aporte financeiro ao Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (Focem). Ele defendeu a idéia durante a primeira reunião da Comissão de Infra-Estrutura, Transporte, Recursos Energéticos, Agricultura, Pecuária e Pesca do Parlamento do Mercosul, realizada ontem.

O fundo conta com US\$ 100 milhões por ano, dos quais o Brasil contribui com 70%, a Argentina, com 27%, o Uruguai, com 2% e o Paraguai, com 1%. Entre os projetos atualmente em execução com recursos do Focem está o Programa de Erradicação da Aftosa, do qual participam os quatro países. Para o programa foram destinados US\$ 19 milhões.

Inácio Arruda, que é vice-presidente da comissão, disse ainda que o transporte em todas as suas modalidades é uma necessidade fundamental para a integração da região.

– Temos que exigir que os nossos governos ampliem a capacidade de



Juan Dominguez (C) preside comissão do Parlamento do Mercosul, ao lado de Inácio Arruda (D)

intervenção desse fundo, um instrumento de integração de fato para investir em obras de infra-estrutura que possam reforçar a unidade sul-americana – afirmou o senador.

O deputado paraguaio Carlos Paoli disse na reunião que os portos, as ferrovias e as rodovias da região precisam ser desenvolvidos com urgência. Paoli considera necessário que o Chile e a Bolívia também participem desses projetos.

Já o presidente da comissão, o deputado uruguaio Juan Dominguez, ressaltou a necessidade de, na próxi-

ma reunião do parlamento, em 18 de dezembro, serem tratadas questões do mercado de frutas e hortaliças dos países que integram o bloco.

A deputada uruguaia Silvana Charlone destacou que as questões relacionadas à cidadania da população dos países que formam o bloco é outro assunto relevante para constar da pauta da próxima reunião. O Mercosul, segundo ela, só estará voltado para o povo quando forem tratados os assuntos que tocam de forma mais direta as pessoas, principalmente os mais pobres, frisou.

Senadores elogiam postura de Chávez ao reconhecer derrota

Os integrantes da Comissão de Infra-Estrutura, Transporte, Recursos Energéticos, Agricultura, Pecuária e Pesca do Parlamento do Mercosul visitaram ontem o presidente interino do Senado, Tião Viana.

À saída do encontro, Viana comentou o resultado do referendo em que a população venezuelana se pronunciou sobre a proposta de reforma da Constituição daquele país. O presidente Hugo Chávez saiu derrotado da votação.

O senador elogiou o comportamento de Chávez em reconhecer o resultado e disse que “toda vez que as instituições são respeitadas a democracia sai fortalecida”.

Inácio Arruda, que é vice-presidente da comissão do Parlamento do Mercosul, também comentou o resultado. Ele afirmou que o reconhecimento da derrota por parte de Hugo Chávez tem um significado muito importante para a América Latina “porque demonstra maturidade política”.

Itaipu poderá aumentar fornecimento de energia ao Paraguai, afirma diretor

O diretor-presidente da Itaipu Binacional, Jorge Miguel Samek, foi ouvido pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado sobre a saúde financeira e a geração de energia da estatal brasileira e paraguaia. Na ocasião, Inácio Arruda (PCdoB-CE) pediu explicações a Samek sobre as dificuldades que o Paraguai vem enfrentando para obter um aumento na quantidade de energia fornecida por Itaipu para alimentar seu parque industrial.

O senador recordou que em abril de 2008 será realizado um seminário de integração dos países do Mercosul em que se discutirá a produção de energia. Samek informou que, do total de 6 mil megawatts (MW) que cabe a cada um dos dois países, o Paraguai utiliza 550 MW. Ele explicou que o país pode ter um aumento programado e gradual na quantidade de energia recebida, chegando a 2000 MW. Disse ainda que outra questão a ser discutida é o preço, que não será mais de US\$ 4 MW/hora de energia excedente, mas terá um valor



Samek: preço da energia excedente deve ser rediscutido

em torno de US\$ 49 MW/hora, preço pago pelo Brasil, incluídos os custos de transmissão até Furnas.

O diretor-presidente da Itaipu informou que o presidente Lula está estudando a possibilidade de abertura de uma linha de financiamento pelo BNDES ao Paraguai, cujos recursos seriam aplicados na construção de linhas de transmissão entre Itaipu e Assunção, capital daquele país. Samek salientou ainda os projetos desenvolvidos por Itaipu nas áreas de responsabilidade social e ambiental.

Sérgio Guerra: América Latina está reafirmando a democracia

O presidente nacional do PSDB, Sérgio Guerra (PE), afirmou que dois acontecimentos ocorridos no fim de semana reafirmaram a força da democracia na América Latina: a derrota do presidente da Venezuela, Hugo Chávez, no plebiscito que alterava a Constituição do país para permitir várias reeleições; e pesquisa divulgada pelo jornal *Folha de S. Paulo* mostrando que a população brasileira é contrária a um terceiro mandato para Lula, apesar de seus altos índices de aprovação.

– Isso é a confirmação da consciência democrática do nosso povo – destacou.

Os dois fatos, segundo o senador, são um recado ao presidente Lula e aos setores que o apóiam. Guerra observou que cresce no Brasil um sentimento de indignação contra o populismo, contra a falta de sinceridade, e até contra o desrespeito ao Congresso Nacional pelo excesso de medidas provisórias.

– A população disse que há limite para tudo, que deve-se respeitar a demo-



Guerra diz que população é contra um terceiro mandato para Lula

cracia, o direito de discordância – frisou.

O senador também rebateu afirmação de Lula, que chamou, em discurso na semana passada, de “irresponsáveis e mesquinhos” os que se dizem contrários à prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) até 2011. A proposta de emenda à Constituição que prorroga o tributo deve ser votada em breve pelo Senado.

– As manifestações do presidente Lula são excessos. Não são irresponsáveis nem absolutamente estúpidos os que são contra a contribuição – declarou.

Sarney comemora vitória do “não” no referendo da Venezuela

Ao congratular-se com o povo venezuelano por ter rejeitado a reforma da Constituição que permitiria ao seu presidente se reeleger indefinidamente, José Sarney (PMDB-AP) apelou ao presidente Hugo Chávez para que reconheça a opção da população pela democracia e “abandone os planos de transformar a Venezuela em uma potência militar”.

– A democracia é realmente o grande regime e tem uma extraordinária força. Foi através do processo democrático que, contra todas as expectativas, o povo da Venezuela resolveu não aprovar o modelo de governo proposto por Chávez e preferiu manter-se no caminho de aprimorar as instituições democráticas. Esse fato é, sem dúvida, uma notícia que tranquiliza a todos nós – declarou.

O senador observou que



Sarney pede que Chávez não ameace a paz na América do Sul

a América do Sul “deve manter-se como o continente mais pacífico do planeta” e evitar governos autoritários.

Em apartes, Alvaro Dias (PSDB-PR) afirmou que Chávez foi derrotado “apesar de ter utilizado todos os instrumentos de coerção”, e Mão Santa (PMDB-PI) disse que Sarney, depois de presidir o Brasil no período de transição democrática, entrou para a história como “Senhor Democracia”.